

SindSAÚDE-SP

SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DA SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO

Sindicato dos Bancários e Financeiros
de São Paulo, Osasco e Região.

FETSS

CNTSS

CUT BRASIL

Boletim Especial

Setembro de 2016

NENHUM DIREITO A MENOS





Você é a favor da GREVE GERAL para manter os seus direitos?



SindSAÚDE-SP
Associação dos Trabalhadores em Saúde Pública do Estado de São Paulo
 FIESP | OAB/SP | CUT

Votem:

<http://www.sindsaude.org.br>

PARTICIPE DA VOTAÇÃO – NENHUM DIREITO A MENOS

O Governo golpista de Michel Temer, juntamente com esse Congresso (senadores e deputados federais), cuja maioria é de corruptos, querem acabar com uma série de direitos e conquistas dos trabalhadores:

1. Aumento da idade mínima para aposentadoria - apesar do golpista do Temer ter se aposentado com 55 anos, seu governo quer aumentar a idade mínima de aposentadoria para até 70 anos, por meio de uma nova reforma de previdência. Hoje, por exemplo, as mulheres se aposentam com 60 anos. Mas a maldade continua, o governo Temer também quer diminuir em 50% os benefícios previdenciários de viúvas e pensionistas. Além disso, a proposta dos golpista prevê o fim dos aumentos reais das aposentadorias e o fim do repasse integral da inflação para quem ganha mais de um salário mínimo. Todos esses reajustes aplicados pelos governos Lula e Dilma irão acabar. E tem mais, a proposta deles é que você, trabalhador só possa sacar seu Fundo de Garantia (FGTS) quando se aposentar.

2. Quer fazer prevalecer o negociado sobre o legislado – isso significa que o negociado entre o patrão com o empregado esteja acima da Lei. Assim, todos os direitos trabalhistas estão ameaçados, desde o 13º salário, as férias, a licença maternidade, horas extras, dentre outros. Pois, caso algum acordo coletivo preveja supressão de algum desses direitos, é o que vai valer, flexibilizando a CLT. No serviço público atingirá os trabalhadores da lei 500/74, efetivos e outras contratações.

3. Jornada de trabalho de até 80 horas semanais - outro direito histórico, conseguido com muita luta pela classe trabalhadora, que é a jornada semanal de até 44 horas, seria alterada pela proposta de Temer, praticamente dobrando a jornada de trabalho atual. Isso ocorre na contramão da história, uma vez que no Brasil e no mundo se discute a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, principalmente para nós, trabalhadores públicos na saúde no Estado que conquistamos as 30 horas com muita luta.

4. Congelamento do Orçamento Público por 20 anos - por meio do PLP 241, como também do PLP 257, sendo reajustado apenas pela inflação. Isso significará que nas próximas duas décadas os serviços públicos deixarão de ter aumento real em suas dotações, também alterando os percentuais de gastos mínimos com saúde e educação, causando uma piora sem precedentes, pois não será considerado nem o aumento da população, se quer das receitas. Tal medida prevê inclusive demissões de servidores e fechamento de hospitais, escolas, etc. Se essa proposta valesse desde 2006, o país teria deixado de investir mais de 500 bilhões em saúde e educação.

5. A proposta de aumento para 30% na DRU – Desvinculação das Receitas da União – pode tirar até 30% das verbas destinadas constitucionalmente para saúde, educação e previdência, dentre outras, para o pagamento da dívida pública aos banqueiros e agiotas.

6. Ampliação das terceirizações, o que na prática vai ameaçar todos os trabalhadores que têm carteira assinada, pois os novos terceirizados terão bem menos direitos, essa proposta já foi aprovada pelos deputados na Câmara e agora está tramitando no Senado.

7. Fim dos aumentos reais no salário mínimo. Além de afetar diretamente os trabalhadores, aposentados e pensionistas que recebem o salário mínimo, também terá consequência sobre todos os trabalhadores;

8. Privatizações em geral, como a da CEF – Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Banco do Brasil, Correios, Escolas e Saúde, entregando aos grandes capitalistas essas empresas e serviços que são patrimônio nacional a “preços de banana”;

9. Entrega das riquezas do Pré-Sal, estimadas em 17 trilhões de dólares, às multinacionais do Petróleo, acabando ou diminuindo os recursos do Pré-Sal que eram destinados à Saúde e Educação.

Por isso a CUT, outras Centrais Sindicais e Sindicatos estão discutindo com os trabalhadores que, caso não sejam respeitados os nossos direitos, uma Greve Geral será necessária.

Estamos fazendo uma enquete no nosso site para saber se você é a favor ou contra as perdas de nossas conquistas. Entre e dê sua opinião.

Juntos Somos Fortes!

Expediente:

Dir. Responsável: Jorge Alexandre de Braz Senna
 Presidente do SindSaúde-SP: Gervásio Foganholi
 Jornalista: Willian Scaliante
 Diagramação: Edson Cacciaguerra

Rua Paula Ney, 546/550 - CEP 04107-021
 Vila Mariana - São Paulo

Fone: 3083-6100 Fax: 3083-0261
 e-mail: imprensa@sindsaude.org.br
 site: www.sindsaude.org.br



PEC 241 E PLC 257

Austeridade e mudança de regime

Temer tenta impor 20 anos de retrocesso nas conquistas

“A ameaça mais assustadora desse processo de impeachment sem crime de responsabilidade é congelar por inacreditáveis 20 anos todas as despesas com saúde, educação, saneamento, habitação. É impedir que, por 20 anos, mais crianças e jovens tenham acesso às escolas; que, por 20 anos, as pessoas possam ter melhor atendimento à saúde; que, por 20 anos, as famílias possam sonhar com casa própria”

*Dilma Rousseff, em seu histórico discurso de defesa
29 de agosto de 2016.*

Todo golpe de Estado implica em uma mudança de regime político. Finalizada a deposição da presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff, os golpistas passam a concentrar todos os seus esforços nesse objetivo. Muitos de nossos direitos assegurados pela constituição de 1988 correm sério risco de perderem os meios para sua efetivação.

Mesmo na condição de interino, Michel Temer mostrou toda a sua disposição em desmontar a capacidade estatal de intervir na produção e distribuição de riquezas. Deixando bem claro como será agressiva a sua ofensiva frente a retirada dos direitos da classe trabalhadora e de todos os cidadãos.

A Proposta de Emenda à Constituição 241/2016, de autoria do Poder Executivo e assinada por Henrique Meirelles e Dyogo de Oliveira (Ministros da Fazenda e Planejamento), foi apresentada a Câmara ainda em junho de 2016, ela busca instituir um novo regime fiscal no país. Trata-se da principal arma do governo ilegítimo para efetivar seu projeto.

Segundo os autores da proposta, a explicação para o nosso quadro recessivo seria o desequilíbrio fiscal, fruto do crescimento da despesa primária do governo. Tal discurso deixa bem claro a opção de aprofundar a política de austeridade e um projeto de sociedade liberal incompatível com a nossa constituição.

Diante desse quadro, querem nos empurrar a PEC 241/2016, uma política de cortes de gastos sociais e investimentos públicos que, por um período de 20 exercícios financeiros, ou seja, de 20 anos, impõe um limite para o aumento do gasto público federal definido pela inflação do ano anterior.

Vale ressaltar que, caso sejam descumpridos esses limites, tal dispositivo veda aos servidores públicos a concessão de qualquer tipo de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração. Proíbe a criação de cargos, empregos ou funções; a

alteração de estrutura de carreiras; a admissão ou contratação de pessoal e a realização de concurso público.

Ainda nesse sentido, não podemos deixar de mencionar o Projeto de Lei Complementar 257/2016, já aprovado na Câmara e enviado ao Senado, onde tramita como Projeto de Lei da Câmara nº 54 de 2016.

Trata-se de uma proposta que permite aos estados refinanciarem suas dívidas com a União em troca da adoção de um limite (a variação da inflação de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), por dois exercícios, do crescimento anual das despesas primárias correntes. Na realidade é mais uma das iniciativas que se soma ao conjunto de medidas para a manutenção do pagamento de juros e amortizações da dívida ao sistema financeiro.

Trocando em miúdos, querem congelar o gasto público em termos reais.

Querem retirar a decisão sobre os gastos da esfera política para a acorrentarem a um indexador econômico fixo.

Querem eliminar a vinculação das receitas destinadas à educação e ao orçamento da seguridade social (políticas de saúde, previdência e assistência social).

Ou seja, o resultado de anos de lutas que resultaram em conquistas sociais asseguradas pela Constituição de 1988 e que vinham sendo consolidadas nos últimos 13 anos estão em risco.

O corte de recursos destinados a promoção dos direitos sociais e a aprovação de leis que acabam com conquistas sociais históricas equivale a criminalização dos movimentos sociais.

Não vamos recuar. Cabe a classe trabalhadora resistir ao golpe de 2016.

Cabe a classe trabalhadora a resistência ao golpe de 2016.





NOSSA LUTA EM DEFESA DO SUS

O Ato (falho) médico



O Conselho Nacional de Saúde enviou no último dia 14 de julho recomendações ao Senado Federal para que este rejeite o projeto de lei 350/14 que normatiza as atribuições dos profissionais médicos, também conhecido como “Ato Médico”.

O referido PLS, de autoria da senadora Lúcia Vania (PSB-GO), quer alterar a lei 12.842/13 sancionada pela

presidenta Dilma e com isso dificultar a atuação de diferentes profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Teríamos com isso dentistas, psicólogos, farmacêuticos, fisioterapeutas, biomédicos, auxiliares, técnicos de enfermagem e enfermeiros limitados em sua autonomia profissional, atingindo inclusive esteticistas e tatuadores, que dentre outros tantos terão que submeter seus atos privativos ao comando dos profissionais médicos.

Haverá então um grande número de procedimentos

(alguns até bem simples) concentrados nas mãos de uma única categoria. Isso destrói o conceito de equipe multiprofissional e indo até o limite de transformar em condutas criminais o exercício de atos compartilhados há anos por esses profissionais da saúde, retirando-lhes habilidades e competências mínimas que são inerentes a sua função e que contribuíram enormemente para o bem-estar de toda população de nosso país.

Somos favoráveis à regulamentação das atividades dos

médicos, mas que isso seja feito de maneira respeitosa e não interferindo abrupta e nocivamente nas ações das outras categorias profissionais que tanto ajudaram e continuam ajudando a construir um sistema universalista de atendimento com qualidade.

O Ato Médico é falho e nosso papel é desconstruí-lo.

Ricardo Oliveira
Secretário de Relações de Trabalho
no SUS do SindSaúde-SP

Carta de Repúdio

O Sindsaúde/SP repudia o projeto apresentado pelo Ministro da Saúde chamado de “Plano acessível a saúde”. Este plano fere totalmente o princípio do SUS (Sistema Único de Saúde), e seus pilares, que são: universalidade, equidade, transversalidade e integralidade.

A avaliação do nosso sindicato é que este plano só favorece aos empresários, ou seja, serve ao capital. Assim sendo, ele atenderá apenas o que é superficial. A atenção de alto custo, transplantes, próteses, dentre outros, continuarão sendo responsabilidade do SUS. Ou seja, o que é caro fica na conta do SUS, já o que dá dinheiro fica para o plano de saúde.

Planos como esse, que favorecem o empresariado, tem relação direta com o momento político que o país atravessa. O ano de 2016 marca uma terrível ferida na história da democracia brasileira, por meio de um golpe de estado orquestrado nos corredores da elite capitalista para retomar seus lucros discrepantes em detrimento das conquistas históricas da classe trabalhadora. Tudo por ordem do “mercado” que dita o que deve ser destruído, neste caso as leis trabalhistas, a previdência, os benefícios sociais da assistência social, o acesso democrático ao ensino e, lamentavelmente, umas das políticas mais emancipadoras e inclusivas desde a fundação da República: O SUS.

Criado na década de setenta, muitas lutas foram travadas para que houvesse um financiamento garantido para o SUS na Constituição, isso foi feito por meio de um pacto federativo, para que o sistema se colocasse em pé e de forma universal atendendo toda população brasileira.

O que propõem os nefastos golpistas? A destruição do pacto de financiamento, garantido na emenda 29, desidratando o sistema e desvinculando as verbas garantidas nessa emenda e, como contrapartida, propõem a criação de um plano de saúde popular enriquecendo as multinacionais, drenando o dinheirinho dos mais pobres, oferecendo uma péssima e precária assistência. Nós conhecemos a realidade da saúde no Brasil, sabemos que os atuais planos de saúde são alvos de reclamações dos consumidores por não atender cláusulas prevista em contratos. Não podemos deixar que isso aconteça: a destruição de umas das mais belas conquistas do povo brasileiro, a destruição do sonho de gerações pela luta de cidadania, por uma sociedade justa, com uma política civilizatória.